



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS/ILEGAIS, CONFORME DENÚNCIA PUBLICADA NA REVISTA “VEJA”, EDIÇÃO 2022, Nº 33, DE 22 AGOSTO DE 2007

**Requerimento n.º , de 2008
(Do Sr. Vanderlei Macris)**

Solicita à Polícia Federal o envio de cópia integral do áudio da reunião realizada por sua cúpula, na qual ficou decidido o afastamento do Delegado de Polícia Federal Protógenes Pinheiro de Queiroz do comando da “Operação Satiagraha”.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58, e § 2º do art. 50, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja requisitado à Polícia Federal o envio de cópia integral do áudio da reunião realizada por sua cúpula, na qual ficou decidido o afastamento do Delegado de Polícia Federal Protógenes Pinheiro de Queiroz do comando da “Operação Satiagraha”.

JUSTIFICAÇÃO

Logo após a deflagração da “Operação Satiagraha” da Polícia Federal, sua cúpula, em reunião amplamente noticiada pela mídia e cujo áudio foi parcialmente divulgado pela própria corporação, decidiu pelo afastamento do Delegado de Polícia Federal Protógenes Pinheiro de Queiroz da condução de seus trabalhos.

O jornal *Folha de S. Paulo* assim noticiou a mencionada reunião na sua edição de 18.07.2008:

**“PF libera trechos de reunião e insiste que delegado quis sair
Divulgação de conversa sobre saída de Protógenes ocorreu após
determinação de Lula**

**Delegado se ofereceu para concluir investigação da Satiagraha durante os
finais de semana, mas cúpula da polícia não concordou**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A direção da Polícia Federal em Brasília divulgou ontem três minutos e 55 segundos da gravação de quase três horas da reunião realizada na Superintendência da PF em São Paulo, na segunda-feira, em que ficou acertada a saída do delegado Protógenes Queiroz da condução da Operação Satiagraha.

A intenção da PF é comprovar que Queiroz deixou o caso por iniciativa própria, contestando a versão de que ele foi afastado por ordem do comando da corporação. No entanto, os trechos divulgados ontem não deixam isso claro. Segundo a PF, não foi possível abrir toda a gravação porque teriam sido abordados na conversa diversos aspectos sigilosos da investigação.

A decisão de divulgar oficialmente os trechos da gravação foi tomada depois de reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o ministro Tarso Genro (Justiça) e o diretor-geral interino da PF, Romero Menezes, ontem de manhã, no Planalto. Na reunião, Lula optou pela divulgação dos trechos para, segundo relato de presentes, evitar que continuassem a ser divulgadas versões "mentirosas" sobre a saída de Queiroz.

Participaram do encontro de segunda-feira Queiroz e sua equipe, o superintendente da PF de São Paulo, Leandro Coimbra, e dois membros da cúpula da PF em Brasília, o diretor de Combate ao Crime Organizado, Roberto Ciciliati Troncon Filho, e o chefe da Divisão de Repressão a Crimes Financeiros, Paulo Teixeira. Ao todo, foram 12 pessoas. A conversa foi gravada por decisão de Troncon.

Na próxima semana, Queiroz inicia a parte presencial do Curso Superior da PF, condição necessária para ser promovido após dez anos na função de delegado. Para não abrir mão do curso, ele se ofereceu para continuar com a investigação nos finais de semana, o que não foi aceito pela cúpula da PF.

Nos trechos divulgados ontem, após sua sugestão não ter sido aceita, ele, então, se prontifica a concluir até hoje o principal inquérito da investigação e diz que não pretende voltar a presidir o caso após o curso.

"E até mesmo depois da Academia eu não pretendo [reassumir os inquéritos]. A minha proposta é que eu fico até o final da operação. A minha proposta é essa. Permanecer minha vinculação até o final desse trabalho, para não ficar aquela pecha de que Brasília vem fazer operação nos Estados e deixa no meio do caminho", disse ele. "As minhas nunca ficaram no meio do caminho, as minhas nunca ficaram. E, a exemplo dessa, não vai ficar, só que com um diferencial: eu não pretendo presidir nenhuma investigação, ficarei no apoio do trabalho", completou.

Troncon, seu chefe imediato, disse em seguida: "Se eventualmente, dentro do desdobramento natural desse inquérito que se instaurou, você conseguir concluir antes do período da Academia, sem nenhum problema. Agora, se não conseguir, dentro da melhor técnica, você falar 'não, requer mais tempo, maior análise', aí a gente passa para um dos colegas".

No começo, Queiroz elogiou Troncon de forma enfática, falando bem também do diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa. Ele admitiu que houve erros na execução da operação. "Aqui é uma avaliação de erros, para nós nos corrigirmos e nos policiarmos. Então houve a presença da imprensa aqui em São Paulo? Houve. Falhou? Falhou. Quem falhou? Queiroz falhou, porque doutor Troncon me depositou e eu firmei compromisso com ele, mas falhou ao meu controle."

A amigos, segundo a Folha apurou, Queiroz passou a difundir na terça-feira a versão de que ele tinha sido obrigado a se afastar por ter contrariado ordens de seus superiores".

Em seguida, a coluna *Painel da Folha*, do mesmo jornal, divulgava no dia posterior, 19.07.2008, o interesse de parlamentares na gravação da reunião da cúpula da Polícia Federal, informando a resistência na divulgação tendo em vista a necessidade de manutenção do sigilo sobre outras operações:

“CONGRESSISTAS PEDEM ACESSO A FITA DE REUNIÃO SOBRE SAÍDA DE PROTÓGENES

Deputados querem acesso à íntegra da gravação, divulgada parcialmente pela PF, da reunião em que é decidida a saída do delegado Protógenes Queiroz da Operação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Satiagraha. O PPS enviou requerimento ao ministro Tarso Genro (Justiça). O deputado Raul Jungmann (PPS-PE) disse que falou com Tarso. A ressalva foi a necessidade de manter em sigilo partes”.

Desde logo, portanto, evidenciou-se a necessidade de conhecimento da íntegra desse áudio para a compreensão plena do desenvolvimento das atividades da “Operação Satiagraha”, a qual, a cada passo das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, viu-se envolvida com escutas clandestinas e utilização irregular de agentes de variados serviços de inteligência.

De fato, durante os trabalhos de investigação CPI restou caracterizada uma ampla rede de agentes envolvidos na “Operação Satiagraha”, que em muito transcendeu os quadros institucionais da Polícia Federal, envolvendo agentes da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, do extinto Serviço Nacional de Informações – SNI e dos serviços de inteligência das Forças Armadas, os quais tiveram acesso a material sigiloso e podem ter realizado, igualmente, interceptações clandestinas de dados e de comunicações telefônicas.

Essa situação foi detalhadamente descrita na última edição da Revista Época, cuja matéria tem o seguinte teor:

“Comando paralelo

Para investigar o banqueiro Daniel Dantas, o delegado Protógenes Queiroz teve o apoio dos serviços secretos das Forças Armadas

Rodrigo Rangel e Andrei Meireles

Embora a expressão Satiagraha, em sânscrito, queira dizer resistência pacífica e silenciosa, a operação policial do delegado Protógenes Queiroz que levou esse nome não foi uma coisa nem outra. Envolveu ações truculentas e humilhantes, como a prisão do ex-prefeito Celso Pitta, retirado de casa algemado, diante das câmeras de TV. Produziu a prisão do banqueiro Daniel Dantas, que por duas vezes saiu da cadeia graças a habeas corpus assinado pelo Supremo Tribunal Federal. Já se sabia que a operação mobilizara oficiais da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o serviço de informações que serve à Presidência da República, e produziu escuta telefônica de lobistas, políticos, amigos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de empresários, jornalistas e mesmo de Gilberto Carvalho, secretário particular do presidente. Mas não foi só isso. A Operação Satiagraha teve também vínculos com oficiais da ativa dos serviços secretos das Forças Armadas. A linha hierárquica desses oficiais vai até, em última instância, o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

O comando paralelo da operação foi formado em fevereiro. Convencido de que fora abandonado pela direção da Polícia Federal, que não oferecia os recursos nem os homens que considerava indispensáveis para o serviço, Protógenes convocou diversos militares para uma conversa num café de Brasília. Um dos personagens mais importantes desse encontro foi o major da Aeronáutica Paulo Ribeiro Branco Junior.

Com 50 anos de idade, o major Branco tornou-se amigo de Protógenes há dois anos, quando ambos assistiram a um curso de Inteligência Estratégica na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. ÉPOCA procurou o major Branco. “Não quero e nem vou falar sobre esse assunto”, disse. Embora hoje esteja lotado na área de educação da Aeronáutica, Branco fez carreira na área de inteligência e mantém vínculos e contatos nesse setor. Foi membro do Cisa, o serviço secreto da Aeronáutica. Branco compareceu à reunião do café em companhia de dois militares, que conhecia de seus tempos como araponga. Um deles era Francisco Ambrósio do Nascimento, espião aposentado, que seria chamado a fazer pequenos serviços para Protógenes, como analisar documentos e e-mails grampeados, em troca de um salário mensal de R\$ 1.500. O vencimento era pago



CÂMARA DOS DEPUTADOS

em dinheiro vivo e retirado da verba secreta que Protógenes tinha direito a usar na operação, prestando contas regularmente. O outro era o sargento Idalberto Matias de Araújo, personagem conhecido das sombras de Brasília. Ele teria um papel mais destacado na Satiagraha. Foi uma espécie de braço direito de Protógenes ao longo da operação.

Conhecido em Brasília como “Sargento Dadá,” com 47 anos, Idalberto é um especialista em operações secretas de impacto. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, investigou ligações de Elcio Alvares, então ministro da Defesa, com o crime organizado no Espírito Santo. O caso acabou por tirar Elcio do governo. Na época, seu superior no serviço secreto era o major Branco, o mesmo presente ao café com Protógenes. Segundo fontes da Abin, ao lado de outros arapongas, Dadá é conhecido por atuar no mercado paralelo de dossiês contra políticos e empresários que anima o cotidiano de Brasília. Ele é amigo do sargento da PM Jairo Martins, ex-SNI. Martins alimentou tantas reportagens escandalosas que ficou célebre por declarar numa CPI que sonhava em ganhar o Prêmio Esso de Jornalismo – o que ainda não conseguiu.

Dadá é considerado um operador de mão-cheia, com talento especial para seguir alvos sem ser descoberto. Também tem fama, no mercado profissional, de ser quase imbatível na tarefa de produzir grampos. “Sugeri o nome do Ambrósio”, disse Dadá a ÉPOCA. Mas ele afirma: “Não participei da operação e não tenho nada a ver com grampos clandestinos”. Essa versão não é de todo convincente. À frente de um inquérito sobre possíveis irregularidades na Operação Satiagraha, a procuradora da República no Distrito Federal Lívia Tinoco colheu depoimento de Dadá na segunda-feira.

Filho de militar do Exército, Protógenes decidiu apurar uma suspeita que apareceu nas investigações e ficou registrada em grampos telefônicos – a contratação de um oficial do Exército que, formado no Instituto Militar de Engenharia, foi trabalhar no grupo Opportunity, do empresário Daniel Dantas. Convencido de que não se tratava de uma simples contratação de profissionais, mas de uma forma de aliciamento, Protógenes pediu apoio ao próprio comandante do Exército, general Enzo Peri, para que confirmasse algumas informações sobre o oficial. Conseguiu. “O comandante colocou o gabinete para cuidar do assunto”, diz Protógenes. Ele também fez contatos nos serviços reservados da Marinha e da Aeronáutica. Aos primeiros, pediu ajuda para identificar e localizar três veleiros de propriedade de Daniel Dantas. A informação acabou sendo fornecida pelo próprio banqueiro, ao ser preso: dois barcos estavam ao mar em Salvador e o terceiro em Trinidad e Tobago. Na Aeronáutica, ele pediu a localização de aviões de uso exclusivo. A inteligência da Aeronáutica produziu um relatório que apontava para quatro aviões, entre eles um Airbus, “igual ao do presidente Lula”, segundo descreve um agente próximo das investigações.

Há dez dias, quando chegou a notícia de que a imprensa revelaria a presença de Francisco Ambrósio do Nascimento nos bastidores da Satiagraha, ocorreu um jantar de arapongas em Brasília. Até então, as conexões militares da operação eram um segredo fechado. A maioria dos observadores sabia que Protógenes conseguira o apoio da Abin do delegado Paulo Lacerda, mas não fazia idéia da participação de militares, que obedecem a outra disciplina e cumprem outras obrigações.

A idéia dos presentes era assegurar que a descoberta de Ambrósio não abrisse portas para localizar demais integrantes – mais graduados – que participaram da operação. O encontro foi realizado numa pizzaria. Caso a investigação ficasse concentrada apenas em Ambrósio, os demais teriam chance de salvar a própria pele. Estavam presentes três hierarcas da Abin, todos afastados depois que veio a público a denúncia do grampo no telefone de Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Um deles era José Milton Campana, número dois da Abin. Outro era Renato Porciúncula, assessor de Paulo Lacerda. O terceiro era Paulo Maurício Fortunato, diretor de contra-inteligência. Foi Paulo Maurício quem localizou Ambrósio, que estava fora da cidade, e convenceu-o a comparecer ao encontro. Como diz um dos presentes, eles pretendiam saber se Ambrósio “teria uma informação bombástica”. O ambiente era tenso. Um dos presentes informou que o delegado Daniel Lorenz, atual diretor de inteligência da Polícia Federal, colocara uma equipe de policiais de sobreaviso para, caso houvesse necessidade, tomar o depoimento de Ambrósio já naquela madrugada. Passava das 2 da manhã quando o delegado Porciúncula telefonou para Lorenz. “O cara é sangue



CÂMARA DOS DEPUTADOS

doce. Não tem nenhuma bomba”, disse. Porciúncula foi modesto. Ambrósio revelou a participação do sargento Dadá nas operações – informação que só poderia ampliar o escândalo.

O depoimento de Ambrósio acabou marcado para o sábado. Temeroso de encarar um interrogatório sozinho, no fim do jantar ele pediu a Porciúncula que estivesse presente. O que aconteceu a seguir é contado em duas versões. Conforme dois dos presentes relataram a ÉPOCA, Porciúncula concordou com o pedido, e na última hora não apareceu. De acordo com o relato do próprio Porciúncula a um interlocutor, ele avisou Ambrósio de que não poderia comparecer.

Ambrósio foi desacompanhado à sede da Polícia Federal. Não tinha nem advogado. O combinado era um depoimento informal. Em determinado momento, o delegado Rômulo Berredo, ele próprio um ex-agente da Abin, interrompeu a conversa para dizer que seria obrigado a “reduzir o depoimento a termo”. Ambrósio negou ao delegado que tenha participado de escutas clandestinas. Disse que sua principal tarefa era examinar e analisar e-mails dos alvos da operação. Mas abriu um flanco perigoso para o futuro da Operação Satiagraha. Disse que, durante seu trabalho com Protógenes, teve acesso a um antigo disco rígido de Daniel Dantas, que se encontra em mãos da Polícia Federal desde 2004, protegido por segredo de Justiça. Esse depoimento é um problema para Protógenes. Pode servir de argumento aos advogados de Dantas para anular o inquérito.

Ao tomar conhecimento do teor das declarações do antigo auxiliar, Protógenes reagiu com dureza: “Ele mentiu. Nunca teve acesso a material sob segredo”. Protógenes comentou com um amigo, na semana passada: “Ambrósio quis me dar um tiro, mas acertou a própria cabeça”. No universo de arapongas de Brasília, a dúvida é saber se Ambrósio falou a verdade ou se foi instruído a fazer uma revelação muito conveniente aos interesses de Dantas.

As novas revelações podem inspirar o país a rever a atividade de seus serviços de inteligência

O próprio Protógenes, que não costuma economizar no direito à suspeita, estranha o comportamento de Ambrósio, em quem depositava confiança quase absoluta. Ele receia que Ambrósio tenha mudado de lado e esteja colaborando com seus adversários para desmoralizá-lo. Nos últimos dias, Protógenes tentou falar com Ambrósio ao telefone e não conseguiu.

A descoberta de um comando militar na Operação Satiagraha coloca um nó nas investigações iniciadas com a revelação de um diálogo entre o ministro Gilmar Mendes e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO). O escândalo foi tão grande que o Planalto se sentiu, nas primeiras 24 horas, na obrigação de dar uma satisfação rara na liturgia do governo Lula – demitir um auxiliar responsável. “Era uma forma de mostrar nossa insatisfação com o que aconteceu e de apurar os fatos em todas as consequências”, diz um ministro.

Nos primeiros dias, coube ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, cumprir o papel de ponta-de-lança na crítica ao delegado Paulo Lacerda, diretor-geral da Abin. Jobim foi decisivo para conseguir o afastamento provisório de Lacerda de seu cargo. Ele acusou a Abin de comprar maletas que permitiam fazer grampos telefônicos. Jobim enfrentou dois contratemplos: o primeiro foi a revelação de que o próprio Exército comprara as maletas. Além disso, seus técnicos asseguraram que as maletas não serviam para grampos, apenas para varreduras. Evitando grande constrangimento, Jobim adiou um depoimento marcado para a semana passada, na CPI das escutas clandestinas.

O segundo contratempo ocorreu na mesma semana em que o envolvimento de agentes da Abin na Operação Satiagraha levou o Planalto a afastar definitivamente Lacerda e seus auxiliares diretos. Procurado por ÉPOCA na sexta-feira, Jobim se encontrava em Porto Alegre e mandou dizer que desconhecia o envolvimento de militares da ativa na operação. Em nome do comandante do Exército, o Centro de Comunicação Social do Exército divulgou nota em que diz que as alegações do delegado “não têm fundamento”. A nota acrescenta ainda que não houve “participação institucional com a Polícia Federal na operação citada”. O Centro de Comunicação afirma também que esclareceu o destino profissional de um ex-aluno do Instituto Militar de Engenharia que deixou a farda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Poço cheio de mistérios, a Operação Satiagraha segue produzindo perguntas na mesma quantidade de respostas. Até hoje, ninguém sabe o conteúdo dos discos rígidos apreendidos na residência do banqueiro Daniel Dantas, que o delegado Protógenes Queiroz assegura serem capazes de “abalar a República”. Se isso é verdade ou não, cabe a um novo delegado, Ricardo Saadi, que herdou o inquérito, oferecer a resposta. Outro mistério diz respeito aos métodos da operação. A presença de militares da ativa numa atividade que deveria ser exclusiva da polícia e do Poder Judiciário representa um novo fator de preocupação. Ninguém sabe até onde vai essa relação promíscua entre policiais, arapongas ligados à Presidência da República e os serviços secretos das Forças Armadas. Nos últimos dias, os dirigentes dos principais serviços de informação do país compareceram diversas vezes ao Congresso, para dar explicações. A maioria não convenceu. As novas revelações podem inspirar o país a passar essa atividade a limpo”.

É patente que todos esses aspectos controvertidos da “Satiagraha” foram discutidos na reunião em que se decidiu pelo afastamento de Protógenes Queiroz e na qual o Delegado teve de informar a seus superiores e a seu sucessor na condução das investigações os diferentes aspectos da operação.

Nesse quadro, é inconteste que constam da gravação dessa reunião dados extremamente importantes para identificar as possíveis irregularidades praticadas no desenvolvimento dessa operação, em especial essa rede de agentes de inteligência reunidos informalmente pelo Delegado Protógenes Queiroz; o que faz de seu conhecimento um valioso meio de prova para esta CPI.

E, ao contrário do afirmado na nota do *Painel da Folha* acima transcrita, o encaminhamento do inteiro teor dessa gravação, com transferência de sigilo para a CPI, em nada prejudicará outras operações da Polícia Federal, uma vez que os parlamentares que a ela tiverem acesso terão o dever de preservar tais dados.

Assim, torna-se necessário a esta Comissão o acesso ao inteiro teor da gravação em questão, para que sejam apuradas as razões do afastamento do Delegado Protógenes Queiroz, bem como para que se tenha condições de reunir dados fundamentais para o esclarecimento das relações informais entre diferentes órgãos de inteligência no decorrer da “Operação Satiagraha”.

Sala da Comissão, de setembro de 2008

**Deputado VANDERLEI MACRIS
PSDB/SP**